

Serventias Extrajudiciais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 22.07.2019

| Legislação Federal | |
|---|--|
| Legislação | Ementa |
| <u>Lei Federal nº 12.100 de 27 de novembro de 2009</u> | Dá nova redação aos arts. 40, 57 e 110 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. |
| <u>Lei Federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997</u> | Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; e altera os arts. 30 e 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro. |
| <u>Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997</u> | Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências. |
| <u>Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994</u> | Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). |
| <u>Lei Federal nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985</u> | Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências. |
| <u>Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973</u> | Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. |

Serventias Extrajudiciais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 22.07.2019

| Legislação Estadual | |
|--|--|
| Legislação | Ementa |
| <u>Lei Estadual nº 8384, de 18 de abril de 2019</u> | Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública. |
| <u>Lei Estadual nº 7763, de 31 de outubro de 2017</u> | Extingue serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais de baixa viabilidade e altera o art. 81 da Lei 6230/2012. |
| <u>Lei Estadual 6150, de 05 de janeiro de 2012</u> | Cria 12 (doze) novos Serviços de Notas na Comarca da Capital, com as atribuições previstas nos artigos 6º e seguintes da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, e artigos 1º e seguintes do Código de Organização e Divisão Judiciárias do estado do Rio de Janeiro (Resolução nº 05, de 24 de março de 1974) e dando providências correlatas. |
| <u>Lei Estadual nº 6013, de 20 de julho de 2011</u> | Dispõe sobre a divulgação do artigo 290, da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e do artigo 2º, parágrafo único da Lei Estadual nº 5.788, de 19 de julho de 2010, no interior das Corretoras de Imóveis situadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 6012, de 20 de julho de 2011</u> | Dispõe sobre a divulgação do artigo 290, da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e do artigo 2º, parágrafo único da Lei Estadual nº 5.788, de 19 de julho de 2010, no interior dos Cartórios de Notas, Títulos e Documento e de Registro Geral de Imóveis no âmbito do estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 3001, de 06 de julho de 1998</u> | Viabiliza, no âmbito estadual, a concessão de gratuidade nos registros civil de nascimento e assentos de óbito, bem como na emissão da primeira certidão respectiva, em consonância com as disposições da lei federal nº 9534, de 10 de dezembro de 1997. |

Serventias Extrajudiciais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 22.07.2019

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.ius.br